

ANÁLISE DO DISCURSO CONTRA A RETÓRICA: DEMOLINDO MITOS E DEUSES

Melliandro Mendes Galinari
Universidade Federal de Ouro Preto

*Cada progresso do conhecimento epistemológico
e moral recuperou os Sofistas...*

Nietzsche

Considerações iniciais

Ousarei, neste capítulo, tomar o sentido etimológico do verbo transgredir – “ir além”, “irromper limites” – para ultrapassar certas fronteiras estabelecidas entre as Análises do Discurso (ADs) e a(s) Retórica(s): um conhecido “mito” à espera de demolições pertinentes, muito embora venha sendo ventilado por alguns “deuses” da AD francesa e por suas formulações dominantes. Antes disso, porém, gostaria de fazer duas pequenas ressalvas coerentes com esse propósito: em primeiro lugar, cabe salientar que o meu lugar de fala não é, aqui, o âmbito costumeiro e confortável do analista do discurso (*stricto sensu*), que “se apropria de” e/ou “recauchuta” categorias conceituais da Retórica para as adaptar, supostamente, a uma “ciência nova”. Buscarei especular, de modo sumário, das cordas bambas de um leitor *diletante* da Sofística que, de forma contrária, apenas ocupa burocraticamente a AD (enquanto um campo disciplinar da universidade) para discorrer sobre um problema antigo (*peithous epistêmê*¹): os estudos acerca da influência, da natureza da linguagem e do discurso.

A segunda ressalva (ou “alerta”), diz respeito à minha descrença quanto à afirmação, de ares convictos, de que a refundação moderna da Retórica aconteceu em 1958, principalmente com a “Nova” Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). Não é difícil constatar, para além desse corrente axioma, que a demolição da concepção cartesiana de razão, a desconstrução do conceito (*a-retórico*) de “verdade”, assim como a redescoberta do *perspectivismo* (ou diferenças entre pontos de vista verossímeis), são postulados que já vinham sendo resgatados já há algum tempo por vários outros pensadores negligenciados por grande parte da AD francesa, tais como Nietzsche (2000), Chiappelli (1889 e 1890), Navarre (1900),

¹ “Ciência da persuasão”.

Saitta (1938), Buccellato (1950), dentre outros. Mais interessante seria notar que há, no silenciamento dessas e várias fontes, um detalhe importante. Diferentemente de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), que partem, unilateralmente, das reflexões canônicas de Aristóteles, esses outros pensadores promoveram o reflorescimento da Retórica por um viés alternativo: o da *Sofística*, a partir de noções e conceitos muito caros a personagens como Górgias, Protágoras etc. Ou seja: parece-me que as retomadas da *Retórica* aristotélica, nos tempos (pós-)modernos, acabaram “sufocando” os seus resgates pelos caminhos sofisticos, de forma similar ao que já aconteceu na tradição ocidental, a saber, a condenação da Sofística pela hegemonia platônico-aristotélica.

A Sofística, relativa sobretudo ao século V a. C., consolidada por pensadores itinerantes que aportaram na Atenas democrática de Péricles, esse “drama intelectual e moral que se desenvolve no giro de quase um século” (CHIAPPELLI, 1890, p. 1), quando mencionada pela maior parte da literatura em AD, é tratada como um “resíduo” ou “suplemento” de informação, ou seja, como um conhecimento meramente enciclopédico, fato que move o presente capítulo na direção de extrair, de seus postulados, alguns questionamentos no âmbito da AD. Os sofistas, pode-se dizer, foram os primeiros “imigrantes” do conhecimento, isto é, figuras indispensáveis para a oxigenação e transgressão das fronteiras morais e culturais do mundo antigo. Foram pioneiros que deslocaram as especulações filosófico-práticas do âmbito da *physis* (“ciências da natureza”) para o plano do *nomos* (“regras”, “leis”, “convenções”), atuando nas esferas da cultura e da performance humana no macrocosmo social.

Sendo em sua maioria estrangeiros, como Górgias *de Leontini* e Protágoras *de Abdera*, imbuídos, portanto, de uma ampla visão sobre os costumes e os hábitos de diversos povos, se consagraram como pensadores que questionaram os Deuses, além de transgredir e relativizar as leis calcadas numa visão naturalista da vida social². No plano do discurso, foram filósofos que questionaram uma visão dominante, transparente e objetiva da linguagem, apontando-nos as suas falhas, os seus equívocos e, conseqüentemente, a sua incontornável força retórica. Nessa perspectiva, demonstraram, claramente, que os sentidos e os efeitos do discurso são manobras da bagagem dóxica dos indivíduos, da qual não se tem necessariamente controle, devido aos influxos da cultura (do *nomos*) e das “circunstâncias oportunas” (*kairos*), capazes de naturalizar formas de ver, agir e sentir presentes no *logos*.

² Como o flagelo da escravidão: o pretensão domínio (“natural”) dos mais fortes sobre os mais fracos. Foram os sofistas, portanto, aqueles que, primeiramente, enxergaram aí uma questão de valores e de representação social/cultural, isto é, uma construção humana.

Conforme já abordei em outros textos, são vários os trabalhos e estudos contemporâneos que resgatam o valor filosófico e educativo dos sofistas, livrando-os do preconceito platônico-aristotélico. Com o apoio de tais fontes, pode-se sustentar, perfeitamente, que não é mais pertinente tratá-los como enganadores, mercenários ou sujeitos que do conhecimento detinham apenas a aparência. Como exemplo desses estudos, é didático mencionar, além das referências já apontadas acima, Untersteiner (2012), Casertano (2010), Vignali (2006), Pinto (2000), Romilly (1988), Romeyer-Dherbey (1986), Guthrie (1995), dentre outros. Pode-se afirmar que, no campo da Análise do Discurso (AD), trata-se de um interessante território ainda a ser explorado e descoberto.

Como se sabe, o conhecimento produzido pelos sofistas desapareceu quase completamente. O que nos restam são apenas alguns *fragmentos*, e, principalmente, *testemunhos*, como os de Diógenes Laércio, Sexto Empírico, Platão, Aristóteles, e tantos outros que citam e discutem as especulações colocadas por aqueles pensadores. Hoje podemos contar, felizmente, com pesquisadores que reuniram em uma só obra tais fragmentos e testemunhos antigos, a partir dos excertos originais em grego e em latim. Os primeiros a fazê-lo foram Diels e Kranz, em sua obra alemã *Die Fragmente der Vorsokratiker (Os Pré-Socráticos)*. Algum tempo depois, o italiano Mario Untersteiner iniciou as devidas traduções para o seu idioma, também a partir das fontes originais. A partir de 1949, o pesquisador editou quatro volumes até 1962, contendo os testemunhos e fragmentos dos sofistas, reunidos hoje em uma edição completa (UNTERSTEINER, 2009).

O autor, além de suas notas esclarecedoras, enriqueceu a primeira versão de Diels e Kranz com fragmentos e testemunhos ainda não compilados e/ou conhecidos, publicando, ainda, uma outra obra de caráter explicativo e teórico – *I Sofisti* –, acabada em 1948 e recentemente disponibilizada em português (UNTERSTEINER, 2012). Sousa e Pinto (2005), por sua vez, realizaram uma boa versão em português dos testemunhos e fragmentos a partir dos trabalhos anteriores, contemplando os excertos de Protágoras, Xeníades, Górgias, Licofronte, Pródico e Trasímaco, além de textos sofisticos de autoria desconhecida, como os *Discursos Duplos* e o *Anônimo de Jâmblico*. Por questões idiomáticas, farei uso, adiante, deste último referencial dos testemunhos e fragmentos.

Feitas as considerações iniciais, proponho, a exemplo dos *Discursos Demolidores* (uma das obras perdidas de Protágoras), retomar e derrubar certos “mitos” muito comuns no campo da AD, buscando transgredi-los no sentido de “ir além”, “irromper limites”. O objetivo principal é mostrar a impertinência da sagração da AD como “ciência nova”, assim como da sua consequente diferenciação da(s) Retórica(s). As bases dos questionamentos

levantados abaixo inspiram-se na bibliografia “alternativa” elencada acima, a qual, embora não seja mencionada em sua integralidade, funciona como ponto de apoio importante, além de material de consulta para quem possa se interessar. O leitor poderá notar, ainda, que o fato de a *Sofística* ser a moldura por excelência das especulações aqui desenvolvidas, não implica, de forma alguma, um desprezo pela obra de Aristóteles e demais vertentes da Retórica.

As AD(s) e a(s) retórica(s): afinal de contas, qual é a diferença?

Na universidade, nos cursos e livros inerentes à AD, o iniciante, o interessado, o especialista (mesmo aquele já maduro), são quase unânimes em dizer/aprender: a AD seria uma disciplina recente, que brotou no lumiar (“lendário”) da década de 1960, *en France*, vindo ao mundo pelos braços de Michel Pêcheux, Dubois, Foucault e outros (a AD de “1ª geração”). Ela teria nascido, assim, como um rebento das teorias da enunciação e na interseção da Linguística com outras áreas do conhecimento, o que representou uma contrapartida histórica aos estruturalismos e ao estudo da *langue* como paradigma científico. Em sua maternidade, portanto, em cerimoniais acadêmico-memorialísticos, batem-se palmas efusivas para o grande espetáculo, e assiste-se, com todas as pompas de ocasião, à euforia e ao entusiasmo dos muitos que se ufanam por militarem em uma “ciência nova”. Da 1ª geração, fez-se a 2ª, vive-se a 3ª, e várias outras se gestam a caminho, podendo-se escutar os cânticos de vários teóricos e teorias a conviver, polifonicamente, numa partitura quase ilegível de discursos acadêmicos.

De súbito, num dia de sol (talvez!), um “fantasma” um tanto eloquente – a Retórica – pôs-se a roer, paulatinamente, o sono dessa pequena criança. Do que era uma ciência nova, portanto, fez-se o espanto: como lidar (o que fazer, ó Deuses!) com esse legado pujante, com essa antiga arte e ciência do discurso, tão plural em tempos antigos quanto a AD em tempos modernos? Diante desse dilema/impasse, as respostas vieram (e vem vindo) a conta gotas, e hoje não é raro nos depararmos com vários antídotos intelectuais ciosos por desembaraçar esses dois mundos. Por mais paradoxal que nos possa parecer, a construção de barragens entre águas retóricas e afluentes da AD se erigiu, inicialmente, pelo viés dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de 1ª geração (Pêcheux e colaboradores), quando foi efetuada a primeira “negação” da Retórica. Coerentemente com esse fenômeno, passo, a seguir, a discorrer sobre tais pressupostos. Em seguida, abordarei, como amostragem significativa, as respectivas “negações” da Retórica provenientes de Charaudeau e Maingueneau (2ª geração), no sen-

tido de desconstruí-las rumo à assunção das ADs como neoretóricas contemporâneas.

A negação de Pêcheux

Para os pêcheutianos, como se sabe, a *linguagem* é atravessada pelo equívoco, pelo engano, isto é, pela derrapagem constante de significados sobre significantes, o que aponta para a não-transparência do discurso e para a sua incapacidade (incontornável) de representar as coisas tais e quais elas são (ou melhor, fora das ideologias). O *sujeito*, por sua vez, é capturado teoricamente em sua não-unicidade, isto é, em um emaranhado de formações discursivas e ideológicas infiltradas em sua trama textual pelas brechas do inconsciente. Trata-se, com alguma variação, de um sujeito *assujeitado*, incapaz de ser a fonte dos sentidos e de controlar, portanto, os efeitos de seu discurso. Nesse enquadre teórico, aquela Retórica Clássica só poderia ser não mais que um legado (“enferrujado”) barrado nos bailes da ADF, em suma, por todas as credenciais epistemológicas de uma “nova” disciplina³. Isso porque a ADF, de Michel Pêcheux, via na Retórica (estritamente aristotélica) um sujeito absoluto, dono de sua morada e totalmente (cons)ciente de sua empresa persuasiva: uma entidade capaz de calcular, pesar e ter o controle de todos os sentidos e palavras para impactar o seu auditório.

Prova disso é que, em sua Introdução da obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux (2009) busca questionar e superar o que ele considera ser as *evidências fundadoras* da Semântica, com o intuito de lançar as bases de uma análise materialista das práticas de linguagem, inserindo nesse fazer os chamados *processos discursivos* e as *formações discursivas/ideológicas*. Tais evidências fundadoras encarnam-se, sobretudo, no conhecido par *lógica/retórica*, que representaria, respectivamente, a ilusão da clareza lógico-semântica da estrutura linguística (alimentada teoricamente pelo estruturalismo) e a possibilidade enganosa de seu controle discursivo (consciente) nos gestos orientados para influenciar o outro através de uma mensagem “soberana” (caminho que liga a Retórica às teorias da enunciação, à teoria da mensagem e à Pragmática).

Essas evidências da semântica – o par *lógica/retórica* – preencheriam, para Pêcheux (2009), funções capilares dentro da formação social capitalista, participando, a um só tempo, (i) da formatação de uma linguagem mecâ-

³ A sigla ADF, como se sabe, é significativa da AD pioneira de Michel Pêcheux, significando “Análise do Discurso Francesa”. Atualmente caiu em desuso pelo surgimento de outras ADs, seja na França ou em outras partes do mundo.

nica/estandardizada, característica das necessidades de otimização do mundo do trabalho, e (ii) do controle socioeconômico desse universo, à medida em que os trabalhadores são, via de regra, submetidos a uma “retórica” do comando. A linguagem, assim, invadida até então por essa dupla evidência a ser rebatida, seria concebida, semântica e ilusoriamente, como clara/transparente do ponto de vista lógico e, ao mesmo tempo, como passível de um controle retórico absoluto, como nos mostra, aparentemente, os processos capitalistas de domínio dos trabalhadores. Como vimos, superar tais ilusões tratava-se de um ponto fundamental para a teoria de Pêcheux, que buscava refinar uma visão de linguagem atravessada pelo equívoco e, ao mesmo tempo, operada por um sujeito nem sempre soberano e senhor dos seus discursos e efeitos, posto que interpelado, constantemente, pelas ideologias.

Longe de querer aprofundar e discutir tais questões, o que interessa aqui são alguns momentos sutis em que a Retórica é flagrada, conceitualmente, no texto de Pêcheux. Dois pequenos trechos são suficientes para a reflexão aqui desenvolvida: no primeiro deles, a Retórica é vista, em sintonia com a *Política*, “[...] enquanto **reflexão** sobre a **técnica** da argumentação, manipulação da crença, fabulação e engano” (PÊCHEUX, 2009, p. 16); no segundo trecho (presente na nota de rodapé 14), nos é dito: “lembraremos que, **para Aristóteles**, a Retórica é uma **técnica**, permitindo a **produção artificial de um resultado** que está somente *in potentia*, isto é, suscetível indiferentemente de ser ou não ser, em oposição às propriedades ‘necessárias’ da substância” (PÊCHEUX, 2009, p. 28) (grifos meus).

Pode-se depreender daí, primeiramente, que quando se fala em Retórica no quadro pècheutiano, fala-se estritamente na *Retórica* de Aristóteles, ignorando-se, por exemplo, o vasto quadro de especulações dos sofistas sobre as artes do *logos*, assim como, posteriormente, aquelas de Cícero e Quintiliano, Nietzsche etc. Em segundo lugar, nota-se que a Retórica é uma “reflexão” e que a argumentação é uma “técnica”, vocábulos qualificadores que a figuram como um procedimento consciente, monitorado e controlado. A expressão “produção artificial de um resultado” vai ainda mais longe na vinculação de nossa “arte” a um fazer discursivo premeditado, planejado e calculado nos mínimos detalhes, impondo ao texto aristotélico e, metonimicamente, à Retórica como um todo, a morada de um sujeito soberano, senhor de seus dizeres e dos seus efeitos. Em suma, a Retórica, pode-se interpretar, é pressuposta como um conjunto de técnicas argumentativas figuráveis em Tratados ou Manuais com alto grau de acabamento artístico, sistematizadas conscientemente por um trabalho de acurada e premeditada observação.

Assim projetada – de forma “caricata”, como se verá –, não seria mesmo compatível com a Análise do Discurso. Aliás, a crença acadêmica

em tais pressupostos é tamanha que a separação “irredutível” entre AD e Retórica acabou desaguando, a seu modo, na “2ª geração” de analistas do discurso, como nos evidencia, abaixo, um de seus ilustres representantes:

[...] persiste um corte irredutível entre [a] retórica, seus prolongamentos modernos (as múltiplas **técnicas** da **comunicação eficaz**, da persuasão) e a AD : enquanto a primeira supõe um **sujeito soberano** “utilizando” “procedimentos” a serviço de uma **finalidade explícita**, para a segunda as formas de subjetividade encontram-se implicadas nas condições mesmas de possibilidade de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, 1991, p. 234, tradução minha, grifos meus)⁴.

Não é difícil perceber, acima, que os termos “técnica”, “comunicação eficaz” e “sujeito soberano” sintonizam-se, perfeitamente, com as expressões “manipulação da crença”, “fabulação” e “engano”, inauguradas pela citação de Pêcheux, o que reforça ainda mais uma concepção de Retórica como um expediente explícito e conscientemente orientado (além de negativo). Assim sendo, o estigma indelével da Retórica – e a sua diferença capital da AD –, reside no fato de não levar em consideração o assujeitamento dos indivíduos pelos ardis silenciosos do inconsciente. No entanto, afirmá-lo esboçaria, a meu ver, um anacronismo flagrante e, ao mesmo tempo, um equívoco apressado. Em primeiro lugar, porque, ao falar de Retórica, os pêcheutianos (e Maingueneau) parecem considerar, unilateral e restritamente, apenas “a” *Retórica* de Aristóteles (ou o seu resgate por Perelman e Olbrechts-Tyteca), desconsiderando outras fontes como a Sofística e suas retomadas posteriores (Nietzsche, Chiappelli, Navarre etc.). Em segundo lugar, porque não poderíamos cobrar do velho Aristóteles, bem distante dos divãs de Freud e Lacan, a conta da discussão de questões de psicanálise próprias aos tempos modernos, tais como as noções de *inconsciente* e de *sujeito*.

Nesse sentido, poderíamos indagar: em quais páginas encontram-se escritas, na *Retórica* aristotélica, frases de efeito (conceituais) do tipo “o *sujeito é...*”, ou “o sujeito (ou orador) *é soberano e consciente* de suas empreitadas”? Obviamente, asserções dessa natureza encontram-se ausentes na *Retórica* por comportarem paradigmas estranhos àqueles tempos, ou pro-

⁴ Minha tradução para: [...] il demeure une coupure irréductible entre [la] rhétorique et ses prolongements modernes (les multiples **techniques** de la **communication efficace**, de la persuasion...) et l'AD : alors que la première suppose un **sujet souverain** « utilisant » des « procédés » au service d'une finalité explicite, pour la seconde les formes de subjectivité sont impliquées dans les conditions mêmes de possibilité d'une formation discursive.

blemas que não se colocavam explicitamente por questões de datação histórica e de cultura. Por outro lado, curiosamente, elementos psicológicos (embora com outras terminologias) foram considerados na produção de efeitos discursivos no livro II, momento em que as emoções e os perfis afetivos dos sujeitos foram esmiuçados em detalhe.

Aliás, ainda no livro I (grifo meu), é dito que “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois **os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio**” (ARISTÓTELES, 1998, p. 49). Não poderíamos inferir daí, se quiséssemos, que a “disposição” (ou as inclinações psicológicas) *assujeitam* os nossos juízos (e discursos), de forma não necessariamente consciente? Talvez seja arriscado demais asseverá-lo inequivocamente, mas as conexões ou (re)leituras dessa natureza não me parecem tão impossíveis ao ponto de diferenciar, com fervor epistêmico, ADF e Retórica. O texto de Aristóteles é, como se vê, e fazendo uma justa homenagem a Umberto Eco (que se foi recentemente), uma “obra aberta” e resistente a taxações apressadas. É verossímil, por outro lado, que uma concepção de “sujeito consciente” possa ser inferida quando o filósofo nos diz ser a função da retórica “[...] discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso [...]” (ARISTÓTELES, 1998, p. 47), ou “[...] descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 1998, p. 48), dado o caráter ativo e voluntarioso de verbos como “descobrir” e “discernir”. Entretanto, não há nas citações, como se poderia crer, o advérbio *conscientemente*.

Indo mais além, o famigerado “muro de Berlim” interposto entre a Retórica e a AD se esfarela se trazemos à baila as especulações sofisticadas acerca da natureza (*retórica*) da linguagem. No seu *Tratado do não-ente*, após sustentar que “nada existe” enquanto verdade absoluta e, mesmo se existisse, seria inapreensível humanamente (enquanto essência), Górgias defende a tese de que as coisas, tais e quais elas existem, são intransmissíveis e incomunicáveis a outrem, uma vez que “o meio por que as exprimimos é a palavra, e a palavra não é nem os fundamentos das coisas nem as coisas existentes. Em suma, não revelamos aos que nos rodeiam as coisas existentes, mas a palavra, que é outra relativamente aos fundamentos das coisas” (*Górgias apud* SOUZA e PINTO, 2005, p. 117).

Pode-se notar aqui, embora com outras terminologias, a existência de uma concepção de linguagem que já contemplava, no mundo antigo, a sua *opacidade* na projeção das coisas, dos eventos e dos fatos do mundo, uma vez que era encarada como refém das derrapagens de significados sobre significantes. Desse fenômeno, naturalmente, os “sujeitos” não deteriam o controle absoluto, embora, naqueles tempos, tal vocábulo não se configu-

rasse como um paradigma especulativo explícito. Nesse sentido, primordialmente, a Retórica já estaria, aquém de qualquer Tratado ou Manual mais elaborado, nos *enganos* e nos *equivocos* da linguagem, em sua *não-transparência* constitutiva no projetar mundos possíveis. Como se pode suspeitar, pode haver mais semelhanças entre as retóricas antigas e as especulações pêcheutianas do que supõe a nossa vã sabedoria.

São tais reflexões que levaram Nietzsche (2000), por exemplo, a demonstrar que a Retórica, antes de ser um conjunto de normas conscientes, codificações ou especulações⁵, já era, desaperebidamente, a condição humana de (re)criar simbolicamente realidades, fenômeno do qual os mesmos não tem controle ou domínio absoluto, afetados que são pela *doxa* (ideologia?), pela cultura (*nomos*?) e pelas circunstâncias (*kairos*?). Nessa outra perspectiva (“sofístico-nietzschiana”), como bem interpretou Cardoso e Cunha (1999, p. 18), “a retórica é o inconsciente da linguagem”, e mesmo o discurso científico (a *episteme*) é alçado a uma dimensão persuasiva:

[...] nunca se capta a essência plena das coisas. As nossas expressões verbais nunca esperam que a nossa percepção e a nossa experiência nos tenham fornecido um conhecimento exaustivo, e de algum modo respeitável, sobre a coisa. Produzem-se imediatamente quando a excitação é sentida. Este é o *primeiro* ponto de vista: *a linguagem é retórica*, pois apenas quer transmitir (*ubertragen*) uma δόξα [*doxa*], e não uma ἐπιστήμη [*episteme*]. (NIETZSCHE, 2000, p. 91)⁶

Para o filósofo, portanto, leitor voraz dos sofistas, *a linguagem é retórica* por comportar, em sua relação com a realidade, um jogo de afastamentos de caráter figurativo (metafórico), influenciados pela cultura, pelo corpo e pelos afetos humanos, que se imiscuem no signo através da *doxa*⁷. Ao nos depararmos com a “coisa em si”, portanto, reagimos com um “estímulo nervoso” transposto em imagem (primeira metáfora e/ou afastamento da realidade). Essa imagem, por sua vez, remodela-se em som (segunda metáfora), de modo que, ao emitirmos um enunciado (terceira/quarta metáfora etc.), já estamos

⁵ Como “a” *Retórica* de Aristóteles, ou “a” *Nova Retórica* de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

⁶ Minha tradução para: “[...] nunca se capta la esencia plena de las cosas. Nuestras expresiones verbales nunca esperan a que nuestra percepción y nuestra experiencia nos hayan procurado un conocimiento exhaustivo, y de cualquier modo respetable, sobre la cosa. Se producen inmediatamente cuando la excitación es percibida. En vez de la cosa, la sensación sólo capta una *señal* (*Merkmal*). Este es el *primer* punto de vista: *el lenguaje es retórica*, pues sólo pretende transmitir (*ubertragen*) una δόξα [*doxa*], y no una ἐπιστήμη [*episteme*]”.

⁷ Novamente, quero deixar aqui a provocação: o que se chama hoje de “ideologia”, de “pré-construído”, de “imaginários sociodiscursivos” etc., a depender do quadro teórico em AD, não seriam elementos partilhados e (inter)subjetivos já tratados pelos antigos sob o nome de *doxa*?

num terreno completamente simbólico e distante de qualquer suposta essência fidedigna das coisas (NIETZSCHE, 2008, p. 31). Temos um eco, aqui, da tese gorgiana de que as coisas são intransmissíveis e incomunicáveis a outrem (enquanto essência), podendo-se depreender desse conjunto de reflexões que a Retórica já fora vista, pelos antigos, justamente no interior dos pressupostos que os pecheutianos utilizaram como critério para a sua efusiva negação: o desencontro (inconsciente) entre o discurso e a realidade.

A Sofística já nos mostrava, também, que o “sujeito” – se é pertinente usar tal nomenclatura – é sempre influenciado pelo *kairos* (“momento oportuno”) e pelo *nomos*: convenções culturais e históricas mais amplas, das quais o mesmo não tem necessariamente consciência, como no caso das chamadas “leis não escritas”. Um fragmento dos *Dissoi Logoi* (*Duplos Discursos*), texto sofístico de autoria desconhecida, pode ilustrar muito bem essa influência das circunstâncias e da cultura nas projeções de pontos de vista contraditórios e de efeitos diferenciados do *logos*. É em função do *kairos* e do *nomos*, por exemplo, que:

[...] para os Espartanos é decente que as raparigas façam ginástica nuas e desfilem ora com vestes sem mangas ora sem túnica, mas para os Jônios é vergonhoso. E para aqueles é decente que os rapazes não aprendam as artes e as letras, mas para os Jônios é vergonhoso não conhecer tudo isto. Entre os Tessálios é decente para o próprio homem que escolhe os cavalos da manada domá-los a eles e às mulas e é decente para o próprio homem que escolhe um boi matá-lo, esfolá-lo e cortá-lo, mas na Sicília é vergonhoso e é tarefa de escravos. Parece decente aos Macedônios que as raparigas, antes de se casarem, se apaixonem e tenham relações sexuais com um homem, mas quando uma rapariga já está casada, é vergonhoso; para os Gregos é vergonhoso em ambas as situações. Para os Trácios é um ornamento as raparigas tatuarem-se, mas aos olhos de outros povos as tatuagens são um castigo para os culpados de injustiça. (*Discursos Duplos, apud* SOUZA e PINTO, 2005, p. 289)

Com as palavras acima, o desconhecido sofista apresenta-nos, como postulado poderoso, a relatividade da verdade, a importância do *kairos*, do *nomos* e da subjetividade humana (*doxa*) na interpretação/definição das palavras, das coisas e dos conteúdos. Como foi dito na parte introdutória deste capítulo, os sofistas foram grandes viajantes/imigrantes do conhecimento e, por isso, tinham um senso profundo da incidência da cultura e do “pré-construído” na formatação das “verdades”, das significações e das

crenças. Não é por acaso que, na continuidade do trecho acima, os *Discursos Duplos* elaboram uma nota poética esclarecedora:

(19) Apresentarei também um poema:
E, ao fazeres esta distinção, verás a outra lei
para os mortais: nada é em todas as circunstâncias nem decente
nem vergonhoso, mas o momento oportuno [*kairos*] toma as coisas
e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes.
(*Discursos Duplos*, apud SOUZA e PINTO, 2005, p. 290)

Tudo isso nos permite dizer que a condição humana do “mortal” (do “sujeito”?), visto como uma instância *interpelada* pelas noções de cultura (*nomos*), de contexto (*kairos*) e de senso comum (*doxa*), mais aproximam as concepções pêncheutianas das retóricas clássicas do que o contrário. Pode-se cogitar que a Sofística incluía o *nomos*, isto é, a cultura e a convenção, como elementos dóxicos nem sempre conscientes, aptos a “naturalizar” formas de ver, pensar e sentir no mundo. Nessa perspectiva, pode-se dizer que já havia consciência, entre os antigos, da importância das chamadas “condições de produção do discurso” na produção dos sentidos e dos seus efeitos, o que envolve tanto a questão do *kairos* (“contexto imediato”), quanto a incidência do *nomos* (“convenções culturais mais amplas”). São tais parâmetros que permitiram a Górgias, em seu *Elogio de Helena*, afirmar que a força do discurso – tirano que é – realiza grandes feitos ou, se me é concedido provocar, grandes *assujeitamentos*:

[...] o discurso [ou *logos*] é um tirano poderoso que, com um corpo microscópico e invisível, executa ações divinas. Consegue suprimir o medo e pôr termo à dor e despertar a alegria e intensificar a paixão. [...] Os encantamentos inspirados pelas palavras levam ao prazer e libertam da dor. Na verdade, a força do encantamento, misturando-se com a opinião da alma, sedu-la, persuade-a e transforma-a por feitiçaria. [...] (*Górgias*, apud SOUZA e PINTO, 2005, p. 127)

A “opinião da alma” (*doxa*), ou as formas de subjetividade implicadas nas condições de possibilidade de uma formação discursiva, para retomar as palavras de Maingueneau citadas acima, torna-se, em Górgias, um elemento primordial para a formatação dos impactos do discurso (o “encantamento”), muito além de sua estrutura interna (as “palavras” em si). Os sofistas já tinham consciência, portanto, de que os constituintes dóxicos (as “subjetividades”) são moldados por convenções culturais mais amplas (*nomos*) e por parâmetros situacionais (*kairos*), o que interfere na produção de sentidos e efeitos de sentido.

Diante de toda essa argumentação, o que gostaria de mostrar é que a AD pècheutiana, e até mesmo o trabalho de Maingueneau, apresentam-nos reflexões genuinamente retóricas (queira-se ou não admitir), apesar do distanciamento temporal e das inevitáveis variações terminológicas. Obviamente, o abismo histórico e as referências culturais interferem e remodelam os *modos* como essas antigas reflexões (inseparáveis dos mortais) ressurgem em contextos modernos: hoje contamos com Foucault, Althusser, Freud, Lacan, Saussure etc., enquanto, nos áureos tempos, contava-se com outros paradigmas e jargões conceituais. É plausível cogitar, também, que aqueles mesmos problemas, abordados atualmente com terminologias diversas, adquiriram uma adaptação aos “novos tempos”, isto é, à complexificação da sociedade moderna e aos seus mecanismos de comunicação: o conceito de orador, por exemplo, é estendido tanto às instituições quanto à enunciação virtual, não se restringindo, como antes, ao texto oral/escrito, proferido por uma instância individual.

Entretanto, a meu ver, essas reacomodações das camadas rochosas (ou conceituais) da Retórica, em que sempre se buscou teorizar sobre o discurso – esta seria a questão comum de fundo –, não funcionam como argumento para sustentar a tese de que a AD é algo novo/diverso, salvo se o caso é “inventar”, *retoricamente*, estratégias de demarcação de poder no mundo político da academia. Feitas as considerações em relação à “negação” da vertente pècheutiana, buscarei abordar, abaixo, como isso se dá na Teoria Semiolinguística, devido à sua representatividade nos tempos atuais.

A negação de Charaudeau

Para demonstrar como Patrick Charaudeau se delimita da Retórica, levando a AD em sua companhia, será abordado, sobretudo, o seu artigo intitulado “L’argumentation dans une problématique d’influence”⁸, já em si bastante representativo para o propósito destas linhas. Charaudeau (2008) inicia o seu texto alertando-nos que o fenômeno da argumentação é tratado, em sua teoria, de modo demasiado particular, isto é, no interior de uma perspectiva denominada “problemática da influência”. O autor destaca, assim, que as questões de linguagem e de discurso são trabalhadas a partir de uma relação interdisciplinar com “domínios conexos”, como a Psicologia, a Sociologia e a Retórica. Ressaltando, portanto, que a AD é uma área particularmente diversa, Charaudeau busca nos convencer de que as categorias conceituais da Sociologia, da Psicologia Social e da Retórica devem ser revisitadas e redefinidas (“recauchutadas”?) no interior da AD,

⁸ Tradução minha: “A argumentação em uma problemática de influência”.

como numa espécie de oficina da perfeição teórica. Na conclusão de sua introdução, nos diz algo esclarecedor:

[...] assim é para o que eu vou expor aqui, a saber, **a recusa** de me inserir na tradição da retórica argumentativa, a qual repousa sobre uma concepção parcial da comunicação (os debates deliberativos ou os debates jurídicos), recuperando tipos de argumento largamente definidos nessa tradição. (CHARAUDEAU, 2008, p. 2, tradução minha, grifo meu)⁹

Já de início, como podemos perceber, o autor faz questão de ostentar, incisivamente, a sua *recusa* inequívoca de se inserir na tradição da retórica argumentativa. Novamente, como vimos em Pêcheux (guardadas as devidas diferenças estilísticas e teóricas), pode-se notar a assimilação da Retórica a uma série de técnicas conscientes e/ou “tipos de argumento”, codificados em Tratados ou Manuais, como aqueles de Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca etc. Na formulação dessa imagem-clichê da Retórica/Argumentação, encontram-se ignoradas as especulações de outros (tantos!) expoentes dos estudos persuasivos, dentre eles os pensadores da Sofística, assim como as suas redescobertas ao longo da história, em que se encontram reflexões teoréticas (e nada “técnicas”) sobre a natureza (retórica) da linguagem em uso.

Mesmo assim, ou seja, restringindo todo o campo argumentativo a apenas dois ou três autores, estes são ainda catalogados por Charaudeau como representantes de abordagens limitadas do discurso, por supostamente se circunscreverem nos âmbitos deliberativo e judiciário. A justificativa dessa tese – a limitação dos antigos (ou a sua “concepção parcial da comunicação”) – é construída a partir da evidência de que a sociedade de hoje teria se complexificado, tornando-se mais compósita e heterogênea em termos de situações de comunicação, como nos informa a pluralidade de discursos midiáticos, políticos, ordinários (virtuais ou não), religiosos, e assim por diante. Para o autor:

[...] com Aristóteles e Perelman, a retórica argumentativa volta-se para o outro para fazê-lo aderir a uma tomada de posição: é isso que se pode chamar de atividade linguageira de persuasão. Mas **é necessário ir mais longe**, pois, como se mostrou, esses dois autores, inserindo-se em uma situação de

⁹ Minha tradução para: “[...] ainsi en est-il pour ce que je vais exposer ici, à savoir **le refus** de m’insérer dans la tradition de la rhétorique argumentative, laquelle repose sur une conception partielle de la communication (les débats citoyens ou les débats juridiques), tout en récupérant des types d’arguments largement définis dans cette tradition”.

comunicação (debate político, debate jurídico), **limitam o seu alcance**. Desde já, as ciências humanas e sociais mostraram que as sociedades são compósitas, fragmentadas, feitas de diversos domínios de atividade, tudo se construindo de maneira interacional entre os indivíduos que buscam regular socialmente as relações de força que aí se instauram. O modelo de deliberação do fórum ateniense e o modelo de persuasão dos debates jurídicos, ao que se pode acrescentar o modelo demonstrativo da comunicação científica, **não são mais os únicos ou, sequer, dominantes** (CHARAUDEAU, 2008, p. 02-03, tradução minha, grifos meus)¹⁰.

Como podemos perceber, ao se delimitar da Retórica com base em Aristóteles e Perelman, Charaudeau passa da mesma uma imagem (caricata) de “atividade linguageira de persuasão” (o que pressupõe consciência/planejamento), conduzindo o interlocutor a “aderir a uma tomada de posição”. Entretanto, como vimos, a Retórica seria, *primordialmente*, o inconsciente da linguagem (já recuperado por Nietzsche): uma constante desarmonia entre as palavras e as coisas da qual o homem não tem controle absoluto, condenado que se encontra, como “mortal”, aos influxos da *doxa* e de leis culturais mais amplas (*nomos*). Isso faz da Retórica, antes de qualquer coisa, não exatamente uma “arte”, uma “ciência” ou uma “técnica” (fruto racional da observação), mas uma condição ou *tragicidade* da linguagem inteira, anterior a qualquer tratado teórico ou atividade conscientemente planejada. Ao redescobrirmos essa outra dimensão, em que os sentidos e os efeitos discursivos sofrem a atuação (silenciosa) de um conjunto de valores no quadro da subjetividade humana, a demarcação entre AD e Retórica se torna uma tarefa extremamente problemática. Consequentemente, se a linguagem inteira é retórica, tal “arte” não poderia se restringir aos âmbitos deliberativo e judiciário, mas deveria ser estendida a qualquer esfera pública ou privada passível de comportar uma atividade discursiva não-transparente (e não sejamos ingênuos ao ponto de pensar que Aristóteles, inclusive, não suspeitava dessa ubiquidade da palavra!)

¹⁰ Minha tradução para: “[...] avec Aristote et Perelman, la rhétorique argumentative est tournée vers l’autre pour le faire adhérer à une prise de position: c’est ce que l’on peut appeler l’activité langagière de persuasion. Mais **il faut aller plus loin**, car comme on vient de le voir, ces deux auteurs, tout en s’insérant dans une situation de communication (débat politique, débat juridique), **en limitent la portée**. Depuis lors, les sciences humaines et sociales ont montré que les sociétés sont composites, fragmentées, faites de divers domaines d’activité qui tous se construisent de manière interactionnelle entre des individus qui tentent de réguler socialement les rapports de force qui s’y instaurent. Le modèle de délibération du forum athénien et le modèle de persuasion des débats juridiques, à quoi on peut ajouter le modèle de démonstration de la communication scientifique, **ne sont plus les seuls, voire ne sont plus dominants**”.

Ora, diante disso, não faria mais sentido “ir mais longe”, ou melhor, superar a Retórica em direção a uma “nova” disciplina – a AD – anunciada como um campo diferente e mais compatível com a sociedade moderna. O fato de o mundo ter se complexificado não é argumento válido para afirmar que a Retórica é obsoleta na contemporaneidade, seja em virtude da multiplicação dos meios de comunicação, seja pela ultra-variedade das esferas de uso da linguagem (ainda hoje não-transparente, diga-se de passagem). Pelo contrário, é exatamente por tais transformações que a Retórica se mostra ainda mais forte e mais pertinente do que nunca, ou melhor, talvez seja a Retórica, em conjunto com a sociedade, que se tenha complexificado, inclusive terminologicamente. Se as ferramentas de representação da realidade mediadas por pontos de vista se *sofisticaram*, se os mecanismos (tecnológicos) de derrapagem dos sentidos adquiriram aspectos jamais antes imaginados (internet, imprensa, mídias etc.), se as situações de comunicação reproduziram-se ao infinito, só pode ser porque a Retórica está mais viva do que nunca enquanto práxis social e “ciência” do discurso (*peithous epistêmê*). Nesse sentido, arrisco-me a dizer que a AD não teria mais como se esconder de sua vocação histórica: por estudar questões como essas, envoltas numa teorização acerca do discurso, tratar-se-ia de *uma* neoretórica (dentre outras), ou, ainda, da própria Retórica adaptando-se aos “novos tempos”, situações e terminologias. Assumi-lo não é atentar contra o próprio campo – a AD –, mas, provavelmente, uma forma inteligente de legitimá-lo fora da ideia (romântica) de “ciência nova”.

Voltando ao texto de Charaudeau, pode-se perceber, como já sinalizado, a redução de toda a Retórica Clássica à obra de Aristóteles, construindo-se, ainda assim, uma interpretação equivocada e anacrônica da mesma. Nesse caso, não seria sequer necessário apelar para as reflexões sofisticadas para demolir a tese da “precariedade” da Retórica na vida moderna. Óbvio é que, nos tempos de Aristóteles, os âmbitos mais relevantes da palavra pública provinham, por questões históricas, dos contextos deliberativo, judiciário e epidíctico¹¹, justamente pela apregoada “não complexidade” daqueles tempos (o que pode ser, também, perfeitamente questionável). Entretanto, pode-se cogitar, isso não significa que a Retórica não fosse vista como algo a atravessar outras esferas do corpo social (talvez, simplesmente, elas não chamassem tanto a atenção). Óbvio é, também, que o pobre e velho Aristóteles se viu estigmatizado por não ter

¹¹ Cabe observar, curiosamente, o “esquecimento” do *gênero epidíctico* no texto de Charaudeau, o qual, a meu ver, abriria caminho para visualizar a Retórica bem além dos contextos deliberativo e judiciário. Como se sabe, tal gênero ou âmbito – menos restrito que os últimos – tem sido revisto na atualidade como a ceara de diversos discursos artísticos, educativos, demonstrativos e ordinários, o que concederia à Retórica o passaporte para várias instâncias da vida social.

nascido e atuado no mundo atual, o que aponta para um anacronismo perigoso (como todos). Se a nós fosse concedido o poder de ressuscitar os mortos, é plausível imaginar que, ao fazermos reviver o velho mestre – agora posto a assinar jornais, navegar na *internet* e utilizar *whatsApp* –, ele se meteria a teorizar sobre tudo isso como bom observador que era, estendendo e reformulando os seus princípios diante da multiplicidade das esferas de comunicação.

Anacronismos à parte, há ainda outro ponto inquietante no texto de Charaudeau: o autor ressalta que, na conjuntura histórica atual, houve também uma complexificação dos *jogos de máscaras* situados entre a verdade absoluta e a relativa. Vejamos:

[...] as relações sociais não se dariam [atualmente] tanto sobre o modo do «ser verdadeiro» quanto sobre aquele do «crer verdadeiro» ; não se dariam mais tanto sobre a «força lógica» dos argumentos do que sobre a sua «força de adesão» ; não se buscaria mais tanto uma «prova absoluta» remontando ao universal quanto uma «validade circunstancial» no quadro limitado do situacional. Evidentemente, esses diferentes aspectos coexistem, pois é difícil para alguma sociedade não acreditar em valores absolutos ; no entanto, um curioso jogo de máscaras se instaura em nossas sociedades modernas entre a verdade absoluta e a relativa. Ainda assim, a análise do discurso não tem como objeto a descoberta da Verdade, mas a descoberta dos jogos de encenação da verdade como «crer» e «fazer crer». É isso o que eu chamo de uma problemática de influência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 03, tradução minha)¹²

O interessante é perceber que a denominada “problemática da influência”, perspectiva erigida como *diferencial* por Charaudeau, é pavimentada não como a descoberta da Verdade, mas, sobretudo, como a descoberta dos jogos de encenação da verdade (como “crer” e “fazer crer”). Nesse sentido, para esse autor, a encenação da verdade possui apenas uma “validade circunstancial” (não universal) no quadro particular de uma situação comu-

¹² Minha tradução para: “[...] les rapports sociaux ne se joueraient pas [atualmente] tant sur le mode du « être vrai » que sur celui du « croire vrai » ; on ne jouerait plus tant sur la « force logique » des arguments que sur leur « force d’adhésion » ; on ne chercherait pas tant une « preuve absolue » renvoyant à l’universel qu’une « validité circonstancielle » dans le cadre limité du situationnel. Evidemment, ces différents aspects coexistent, car il est difficile pour quelque société que ce soit de ne plus croire en des valeurs d’absolu ; cependant, un curieux jeu de masques s’instaure dans nos sociétés modernes entre vérité absolue et relative. Toujours est-il que l’analyse du discours n’a pas à se donner pour objet la découverte de la Vérité, mais la découverte des jeux de mise en scène de la vérité comme « croire » e « faire croire ». C’est ce que j’appelle une problématique de l’influence.”

nicativa (*kairos?*), o que nos direciona, pode-se acrescentar, para a interferência de valores e visões de mundo (*doxa?*). Na perspectiva de Charau-deau, isso significaria que, para a “sua” AD – e diferentemente da Retórica –, a “verdade” é fruto daquilo que se acredita como verdadeiro (*croire vrai*), para além de “provas absolutas” e da “força lógica” dos discursos.

O curioso é notar como esse parâmetro de separação entre Retórica e AD cai por terra se trazemos à baila as especulações sobre a linguagem promovidas pelos sofistas, como já foi sinalizado acima. Para Górgias, a Verdade já se encontrava demolida, em primeiro lugar, pela própria incapacidade do *logos* de atingir as coisas tais e quais elas *são* (existem) ou *não são* (inexistem). Em segundo lugar, pela força do “encantamento”, produzido não apenas pela estrutura interna (ou lógica) do discurso, mas, principalmente, pela “opinião da alma”. Já com o texto sofístico de autoria anônima – os *Discursos Duplos* –, aprendemos, também, que “nada é em todas as circunstâncias nem decente nem vergonhoso, mas o momento oportuno [*kairos*] toma as coisas e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes”. Isso porque a “verdade”, para a Sofística, já possuía, teoricamente, uma “validade circunstancial” consubstanciada na noção de *kairos*, definindo-se não apenas pelo que as palavras expressam em sua superfície linguística, mas, sobretudo, pela influência de valores (*doxa*) e de leis culturais mais amplas (*nomos*).

É nesse sentido que a Sofística é conhecida, hoje, como um leque de reflexões característico de um genuíno movimento antropológico e humanístico no mundo antigo, à medida que seus expoentes buscavam mostrar (às vezes por vias diversas) que a verdade é algo de relativo, só adquirindo validade no interior de um quadro cultural, situacional e discursivo. Ao se distanciarem das chamadas “ciências da natureza” (a *physis*), âmbito de reflexão de diversos pré-socráticos (tais como Heráclito, Tales de Mileto, Parmênides etc.), os sofistas voltaram-se para a compreensão da vida em sociedade, deslocando as vias de investigação da cosmologia (plano natural) para as convenções culturais e simbólicas (plano social). Nesse quadro humanístico, não havia mais lugar para qualquer Verdade absoluta ou construída por “provas irrefutáveis”, mas apenas para *verdades* controvertidas, isto é, tidas como “mais fortes” ou “mais fracas” em função do preferível e do desejável, no contexto de valores arraigados por visões de mundo, expectativas e interesses. O conhecido primado do *perspectivismo*, alimentado pela noção do *homem-medida*, é bastante significativo nesse sentido, como nos mostra a filosofia de Protágoras. Com o testemunho abaixo, de Sexto Empírico, podemos ter uma ideia do conteúdo presente em uma de suas obras perdidas, intitulada *Verdade* ou *Discursos Demolidores*:

[...] alguns incluíram também Protágoras de Abdera no grupo dos filósofos que aboliram o critério, porque afirma que todas as aparências e todas as opiniões são verdadeiras e que a verdade é algo de relativo, pois que tudo o que é aparência ou opinião para um indivíduo existe desde logo para ele. Assim, ao começar os *Discursos Demolidores*, declarou: “o homem é a medida de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são”. (SEXTO EMPÍRICO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 78-79)

De forma interessante, a “verdade” como fruto daquilo que se acredita como verdadeiro (« *croire vrai* »), postulada por Charaudeau como “marca distintiva” da AD, constituía-se já como um dos pontos nevrálgicos da Retórica Sofística. Na quadro especulativo de Protágoras, por exemplo, é um função do “homem-medida” que as coisas (ou as “verdades”) são concebidas de uma forma ou de outra – “*são enquanto são*”, “*não são enquanto não são*” –, justamente porque aquilo que “mede” e “avalia” não são parâmetros estritamente lógicos e/ou linguísticos, mas variáveis dóxicas, humanas e culturais mobilizadas num dado *kairos*. Se algo veiculado pelo discurso é ou não é, produzindo, assim, o seu sentido (de um modo ou de outro), não é porque se busca descobrir uma Verdade, mas aderir e justificar uma crença tida como verossímil. Nesse sentido, como nos explica o testemunho de Platão (*Crátilo*) acerca de Protágoras, “[...] o homem é a medida de todas as coisas, tal como as coisas me parecem ser, assim elas são para mim; tal como elas te parecem a ti, assim elas são para ti” (PLATÃO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 70).

A filosofia de Protágoras não deve ser vista como um “relativismo cínico”, como já foi interpretado pela tradição platônico-aristotélica, mas como a descoberta de um *perspectivismo* compatível com as diferenças de pontos de vista que moveram a democracia grega, implantada em Atenas no século V a. C. Hoje não seria tão diferente se pensarmos, por exemplo, em uma questão qualquer como o aborto: tal ato concerne a um problema de saúde pública para alguns perfis políticos (e, portanto, deveria ser legalizado), mas é questão religiosa para outros perfis (devendo ser, sempre, uma afronta às Leis humanas e divinas). É nesse quadro especulativo, portanto, que a força dos discursos, assim como os seus sentidos e efeitos de sentido, veem-se sempre como resultantes do “homem-medida” e da avaliação das subjetividades em conflito, que colocam, por mais que não queiramos perceber, cada “verdade” desse mundo em sua devida *perspectiva* social e humana.

Longe de entrar em detalhes, o que gostaria de sustentar com essa pequena amostragem do pensamento sofístico é a improcedência da sepa-

ração entre AD e Retórica proposta pelos critérios de Charaudeau. Se a Retórica (em particular aquela dos sofistas) já se ocupava da suposta “problemática da influência”, refletindo à sua maneira sobre os “jogos de enunciação da verdade”, como isso poderia funcionar como argumento para a demarcação de territórios (de poder) entre AD e Retórica? Deixando esse questionamento para reflexão, cabe dizer que a famigerada “recusa” de se inserir na tradição da Retórica por analistas do discurso é um gesto temerário mais comum do que podemos imaginar. Abaixo, passo a comentar mais um exemplo bastante conhecido.

A negação de Maingueneau

Maingueneau (2008), além do fragmento mostrado acima, cai em tentação mais uma vez ao incrementar a noção de *ethos* no quadro “particular” da Análise do Discurso. O autor argumenta que o *ethos*, no campo retórico, se limitaria à esfera judiciária e à oralidade. Convencido dessas máximas, diz fazer, em sua AD, uma “deformação” do conceito (o *ethos*), justamente por estendê-lo a textos escritos e a gêneros que não se assumem como necessariamente argumentativos. Ora, parece-me que o anacronismo é flagrante, também, no raciocínio desse autor: não é porque os dispositivos escritos não se encontravam tão hegemônicos no mundo antigo que as reflexões sobre a persuasão não lhes concerniam. Por outro lado, mesmo tomando-se estritamente a *Retórica* aristotélica, não é asseverado em suas linhas que o *ethos* se restringe ao contexto judiciário ou à oralidade. É muito comum diferenciar AD e Retórica pelo fato desta última, pretensamente, se restringir ao registro oral, e eis que nos deparamos com uma das mais graves falácias de nossa ciência.

Conseguimos desmontar essa crença acadêmica facilmente quando abordamos a Retórica, mais uma vez, pelos caminhos da Sofística. Górgias, por exemplo, deixou como legado a *Defesa de Palamedes*: texto escrito em primeira pessoa como exercício e modelo didático, destinado eventualmente à memorização e ao uso no contexto judiciário, no sentido de isentar um suposto réu (Palamedes) da acusação de ter traído os gregos. O *Elogio de Helena*, por sua vez, funciona como um exemplo importante do valor retórico da escrita no mundo antigo: como exercício didático, o texto livra Helena de sua culpa histórica no contexto mítico grego, servindo como modelo de argumentação e raciocínio. É importante lembrar, nesse sentido, que comumente “[...] os logógrafos vendiam discursos forenses que os litigantes deviam memorizar e declamar na audiência” (SANTOS, 2008, p. 37).

Além desses exemplos, é conveniente mostrar, ironicamente, o testemunho de Platão (*Fedro*) que, mesmo sendo um notório detrator dos sofis-

tas, estabelece uma crítica à escrita, justamente pelo seu poder... retórico! Num dado momento, ao falar de Lísias – um conhecido logógrafo ou fabricante de discursos –, Fedro relata a Sócrates que tal personagem teria desistido de escrever. O motivo seria um receio difundido entre os homens mais ilustres das cidades, que temiam ser confundidos, com essa práxis, com os sofistas! Ao que Sócrates lhe retruca, afirmando, contrariamente, que muitos homens importantes se dedicaram à logografia justamente para serem reconhecidos (PLATÃO, 1997. 257c-d). Talvez aí já tenhamos uma relação da escrita não apenas com a Retórica, mas, também, com o *ethos* ou imagem de si, o que contesta fortemente os dizeres de Maingueneau sobre os limites das antigas artes argumentativas. Mais adiante, Sócrates, ao discorrer sobre a persuasão, assim como sobre a importância de se conhecer a “alma” no seu ensino, diz a Fedro:

[...] no entanto, os autores de Artes de Retórica, de quem tu ouviste falar, são astutos e, apesar de terem um conhecimento perfeito no que diz respeito à alma, dissimulam-no. Por isso, enquanto falarem e escreverem desse modo, não nos deixemos persuadir de que escrevem com arte. (PLATÃO, 1997. 271c)

Obviamente, Platão faz, como de praxe, uma menção negativa às atividades dos retores, dos logógrafos e dos sofistas. Detrações à parte, o fato é que, bem ou mal, trata-se de um testemunho que não apenas inclui a escrita nos processos de construção do *ethos*, mas, também, nos mostra que ela já era pensada, pelos antigos, como objeto da Arte Retórica. A meu ver, enfim, o fato de Maingueneau (2008) *sofisticar* terminologicamente a noção de *ethos*, vinculando-o a uma “vocalidade” e a um determinado “tom” – presente em qualquer tipo de texto (oral ou escrito) – não o faz sair dos limites da Retórica e/ou se acomodar num campo “novo” (a AD). O que me parece mais prudente (e curioso) é observar que o referido autor, embora negue efusivamente, versa sobre problemas genuinamente retóricos (mais uma vez), fazendo um antigo campo reflorescer em tempos modernos com uma roupagem terminológica atualizada nas linguísticas da enunciação e na pragmática. A própria Sofística já nos mostrava, pelo fato de a linguagem ser inteiramente retórica, que a antiga “arte” da persuasão caminha muito além do contexto judiciário e do seu registro oral. Enfim, feitas essas considerações, em que foram tratadas as “negações da Retórica” por três analistas do discurso bastante representativos, passo às últimas palavras deste capítulo.

Especulações derradeiras: a AD como Neorretórica

Como se viu, busquei mostrar acima alguns argumentos comumente utilizados para demarcar – e muito bem –, os campos da AD e da Retórica, a saber: (i) que a Retórica pressupõe um manejo consciente da linguagem, premeditado por um sujeito soberano; (ii) que a Retórica se limita às esferas judiciária e deliberativa; (iii) que a Retórica se atém à oralidade. Em meio a expedientes como esses, a AD se singularizaria pela consideração das subjetividades em jogo na produção de sentidos e de efeitos de sentido, assim como pela busca não de uma “Verdade”, mas de encenações da mesma nos processos de comunicação, estendendo-se à consideração de textos escritos e virtuais característicos da sociedade moderna. Como se viu, minha intenção aqui foi colocar em xeque tais argumentações, que caricaturizam a Retórica como um procedimento racional e técnico, sagrando-a como um “arquivo morto” do qual se pode, paradoxalmente, extrair conceitos e “sofisticá-los” na (pós-)modernidade.

Sendo assim, procurei aproximar três tendências em AD (Pêcheux, Charaudeau e Maingueneau) daquilo que já era objeto de investigação em outros tempos, embora com outras terminologias e em outras circunstâncias culturais. Não só a *Retórica* aristotélica, como também as reflexões sofisticadas, ainda esquecidas no plano da AD, nos mostram que estamos diante de um mesmo campo – até que se prove o contrário –, capaz, ainda, de se adaptar a qualquer conjuntura social, cultural e epistemológica. Trata-se dos estudos acerca da persuasão, da natureza da linguagem e do discurso (*peithous epistêmê*, como nos bem lembra Nietzsche [2000]), atualizados e revigorados de século em século. A meu ver, portanto, negar a indiferenciação das ADs e das Retóricas, pelo menos pelos argumentos acima questionados, poderia apenas soar como parte de um projeto político-acadêmico de demarcação de área e de poder¹³. Esse aparente “recalque”, talvez, da AD em se assumir como Retórica ainda é algo a ser bastante discutido e problematizado no âmbito do mercado das teorias e das áreas. Trata-se de um problema que emerge de tempos em tempos e, curiosamente, é varrido para debaixo do tapete.

¹³ Com a palavra “indiferenciação”, não quero dizer que as Retóricas (ou as ADs) não possam ser “diferentes”, tendo terminologias diferentes, assim como procedimentos “metodológicos” variados. Com o termo, quis mostrar, precisamente, que há um problema de fundo em comum nas Retóricas e nas ADs de todos os tempos: o estudo do discurso, da natureza da linguagem e dos processos de influência. Não quero dizer, também, que entre as Retóricas antigas e modernas (incluindo aí a AD) haja um processo de “evolução” do campo dentro de uma concepção histórica linear, o que poderia ser classificado como uma abordagem teleológica, mas apenas uma relação de “reassentamento” e “reconfiguração” (inclusive terminológica) dos estudos acerca da influência de acordo com os padrões de cada época e cultura.

Nesse sentido, gostaria de terminar este capítulo com algumas citações de Barthes, que parece ter notado a questão nos idos tempos da década de 60 (época do surgimento da Análise do Discurso). Em um texto publicado em 1966 na revista *Communications*, intitulado *Introduction à l'analyse structurale des récits*, encontramos as seguintes palavras:

[...] é evidente que o discurso em si (como conjunto de frases) é organizado e que, por essa organização, ele aparece como a mensagem de uma outra língua, superior à língua dos linguistas: o discurso possui suas unidades, suas regras, sua «gramática»: além da frase, e ainda que composto unicamente de frases, o discurso deve ser naturalmente o objeto de uma segunda linguística. Essa linguística do discurso teve, durante muito tempo, um nome glorioso: a Retórica. Mas, por um capricho de um jogo histórico, tendo a retórica passado para o campo das belas letras, foi necessário retomar recentemente o problema como novo: a nova linguística do discurso não está ainda desenvolvida, mas ela está ao menos postulada pelos próprios linguistas. (BARTHES, 2002a, p. 831, tradução minha)¹⁴

É fácil perceber que esse texto é contemporâneo ao surgimento da assim denominada “segunda linguística” – a “Linguística do Discurso” –, que, por tratar da linguagem em uso, se vê rebatizada, por Barthes, como Retórica. No entanto, como sabemos (e vimos acima), o que se deu no campo da AD foi a recusa sistemática em admitir esse “presságio”. Mais interessante que isso, é o fato de essa aproximação não ter sido feita (ou percebida) em função de um jogo histórico já bastante conhecido: o confinamento da Retórica, no século XIX, nas grades das “belas letras”, assim como a separação destas dos estudos da linguagem. Talvez esse processo histórico seja uma das razões pelas quais a Retórica foi posta “sob suspeita” no campo da AD. Em um texto de 1968, intitulado *Linguistique et littérature*, publicado na revista *Langages*, o autor ainda afirma:

¹⁴ Minha tradução para: [...] il est évident que le discours lui-même (comme ensemble de phrases) est organisé et que par cette organisation il apparaît comme le message d'une autre langue, supérieure à la langue des linguistes : le discours a ses unités, ses règles, sa « grammaire » : au-delà de la phrase et quoique composé uniquement de phrases, le discours doit être naturellement l'objet d'une seconde linguistique. Cette linguistique du discours, elle a eu pendant très longtemps un nom glorieux : la Rhétorique ; mais, par suite de tout un jeu historique, la rhétorique étant passée du côté des belles-lettres et les belles-lettres s'étant séparées de l'étude du langage, il a fallu reprendre récemment le problème à neuf : la nouvelle linguistique du discours n'est pas encore développée, mais elle est du moins postulée, par les linguistes eux-mêmes.

[...] a Retórica pôs na ordem do dia noções, classificações, problemas, dos quais a modernidade pode tirar – e já tirou proveito. Com relação a uma ciência linguística da literatura, as intuições da Retórica foram frequentemente profundas: ela percebeu a obra como um verdadeiro objeto de linguagem, elaborando uma técnica da composição. Dessa forma, ela prefigurava fatalmente uma ciência do discurso. Aquilo que, do ponto de vista atual, a entavou, seria a sua posição normativa: código de regras a observar mais que conceitos de análise”. (BARTHES, 2002b, p. 53)¹⁵

Essa citação é ainda mais interessante à medida em que vai, de forma incisiva, ao encontro das reflexões aqui esboçadas. Embora focado no discurso literário, e valendo-se do termo “técnica”, bastante questionado acima, Barthes salienta o caráter complexo e profundo da Retórica (isto é, não rudimentar), uma vez que já se ocupava de “objetos” ou *atos de linguagem*, embora, pode-se acrescentar, com outras terminologias. Tratava-se, para o autor, de uma verdadeira “ciência do discurso”, o que, a meu ver, a aproxima ainda mais da AD em construção. O autor também critica a “posição normativa” atribuída à Retórica, capaz de entavá-la constantemente, posição projetada, em alguma medida, pelos teóricos da AD abordados acima. Percebê-la como uma “técnica”, isto é, como a observação consciente de “regras” e/ou “tipos de argumentos”, mais do que uma esfera humana em que se especula sobre determinados conceitos de análise (ou seja, um âmbito denso de teorização acerca da linguagem), foi também a estratégia da AD para entavar a Retórica em seu próprio campo, figurando-a como uma esfera rudimentar (“caricata”) e à parte de seus domínios.

Arriscaria a dizer, ainda, quando se trata de abordar a Retórica, assim como as questões de linguagem e de sentido, que precisamos sair (sem desconsiderá-los) dos cômodos espaços da AD *francesa*, que muitas vezes nos circunscrevem a um círculo bibliográfico fechado e a um percurso estrito de formação. Existe, para além de nossos frágeis muros disciplinares, um oceano de espaços e reflexões a serem explorados, como mostra a bibliografia apresentada neste artigo. Grande parte dessas fontes foi descoberta fora das trilhas usuais (francesas) da “Análise do Discurso” (e sequer reconhecidas sob

¹⁵ Minha tradução para: “[...] la Rhétorique a mis à jour des notions, des classements, des problèmes dont la modernité peut faire – et a déjà fait profit. Relativement à une science linguistique de la littérature, les intuitions de la Rhétorique ont été souvent profondes : elle a perçu l’œuvre comme un véritable objet de langage, et en élaborant une technique de la composition, elle préfigurait fatalement une science du discours. Ce qui, vu d’aujourd’hui, l’entavait, c’était sa position normative : code de règles à observer plus que de concepts d’analyse”.

esse rótulo). As questões levantadas pelas ADs, ou pelas Retóricas, são questões comuns que tem nos assombrando desde quando nos tornamos o que somos – seres de linguagem –, e não deveriam, portanto, ser monopólio dessa ou daquela nacionalidade, que teria dado “origem” a uma reflexão genuína sobre o discurso, dentro de um marco disciplinar supostamente fundador (década de 1960). Pode-se especular que há uma política imperial muito forte ainda nessas crenças que aprendemos na academia, que precisam ser mais discutidas e trans-gredidas, no sentido de “ir além”, “irromper limites”.

Nesse sentido, ou melhor, pela sua “natureza humana”, não vejo como plausível falarmos mais em AD “francesa” ou, mesmo, “brasileira”, “italiana”, “indiana”, “sul-americana” etc., mas, simplesmente, em ADs (de tudo e de todos), em Retóricas! Caso contrário, eu preferiria remontar às “origens” e defender, peremptoriamente, que a AD (ou a “minha” AD) seria *greco-siciliana*! Argumentos existem para isso: a Sicília nos brindou com Empédocles e seu discípulo – Górgias de Leontini –, e a Grécia, como se sabe, com tantos outros expoentes. Não é difícil perceber, como busquei demonstrar aqui, que todos eles eram analistas do discurso e, conseqüentemente, teóricos da linguagem e da produção de sentidos. No entanto, ainda que preferisse, não ousaria levantar essa bandeira – a de uma *AD greco-siciliana*, por exemplo –, pois a “brincadeira” de buscar fontes originais e construir fortalezas teóricas bem delimitadas é tarefa arriscada (e obra da Política). Se existe um momento fundador, a ele não temos acesso, principalmente se consideramos (política e humanamente) as culturas não ocidentais. Nestas, até que se prove o contrário, encontramos também humanos em processos de comunicação e, não nos enganemos, capazes de refletir sobre isso.

Enfim, tendo consciência de que a questão carece, sempre, de mais e mais discussões pertinentes, prefiro acreditar, neste momento, que o campo da Análise do Discurso é o mesmo velho campo da Retórica. Assumilo, como muitos poderiam acreditar, não seria um gesto de “desmerecimento” da AD, mas uma forma de assentá-la e legitimá-la dentro de uma tradição bastante antiga, sendo capaz, até mesmo, de atravessar os tempos e mudar de nome para resistir. Acredito que essa postura também caminha, politicamente, no sentido de descentralizar a AD e/ou desvencilha-la de seu espaço mítico de criação – a França –, tornando-a, de forma democrática, um monopólio de toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- BARTHES, R. Introduction à l’analyse structurale des récits. In. **Oeuvres complètes**: Tome II. Nouvelle édition revue, corrigée et présentée par Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil, 2002a, p. 828-865.

- _____. Linguistique et littérature. In: **Oeuvres complètes**: Tome III. Nouvelle édition revue, corrigée et présentée par Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil, 2002b, p. 52-59.
- BUCCELLATO, M. Per una interpretazione speculativa della retorica della sofistica. Bari, 1950.
- CARDOSO E CUNHA, T. Prefácio. In. NIETZSCHE, F. **Da Retórica**. Lisboa: Vega, 1999, p. 5-23.
- CASERTANO, G. **Sofista**. São Paulo: Paulus, 2010.
- CHARAUDEAU, P. L'argumentation dans une problématique d'influence. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 1, 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/index193.html>.
- CHIAPPELLI, A. Sulle teorie sociali dei sofisti. Napoli, 1889.
- _____. Per la Storia della Sofistica Greca. **Archiv für Geschichte der Philosophie**, v. 3, p. 1-21, 270-274, 1890.
- GUTHRIE, W. K. C. **Os Sofistas**. São Paulo: Paulus, 1995.
- MAINGUENEAU, D. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1991.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92.
- NAVARRÉ, O. **Essai sur la Rhétorique Greque avant Aristote**. Paris: Librairie Hachette, 1900.
- NIETZSCHE, F. **Escritos sobre Retórica**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.
- _____. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral. São Paulo: Hedra, 2008.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed.Unicamp, 2009.
- PERELMAN, C.; OLBERECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PINTO, M. J. V. **A Doutrina do Logos na Sofística**. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.
- PLATÃO. **Fedro**. Trad. de José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1997.
- ROMEYER-DHERBEY, G. **Os Sofistas**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- ROMILLY, J. de. **Les Grands Sophistes dans l'Athènes de Périclès**. Paris: Éditions de Fallois, 1988.
- SAITTA, G. **L'Illuminismo della Sofistica Greca**. Milano: Fratelli Bocca, 1938.
- SANTOS, R. A. O Fedro na perspectiva dialógico-dramática da filosofia de Platão. **Cadernos UFS de Filosofia**, Sergipe, v. 5, fasc. XI, p. 76-88, 2009.
- SOUSA, A. A. A.; PINTO, M. J. V. **Sofistas: Testemunhos e Fragmentos**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- UNTERSTEINER, M. **Sofisti: testimonianze e frammenti**. Milano: Bompiani, 2009.
- _____. **A Obra dos Sofistas: uma interpretação filosófica**. São Paulo: Paulus, 2012.
- VIGNALI, D. **I Sofisti: Retori, Filosofi ed Educatori**. Roma, Armando Editore, 2006.

